Asmo-Lavi, pó para inalação 100 µg/dose, concedida em 24 de Abril de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2284388 e 2284487;

Asmo-Lavi, pó para inalação 500 µg/dose, concedida em 24 de Abril de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2284784, 2284883;

Asmo-Lavi, pó para inalação 50 µg/dose, concedida em 24 de Abril de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2284289, 2284180 e 2284081;

Asmo-Lavi, suspensão pressurizada para inalação 25 µg/dose, concedida em 24 de Abril de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2283380 e 2283281;

Asmo-Lavi, suspensão pressurizada para inalação 50 µg/dose, concedida em 24 de Abril de 1995, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2283489;

Digassim Durapac 90 mg, cápsulas duras gastro-resistentes, blister, 4 unidades, 90 mg, concedida em 26 de Janeiro de 2001, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3480589, 4509683 e 3480688;

requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 392/2005. — A firma Kedrion, S. P. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Uman-Cig, Pó e Solvente para Solução Injectável 5000 U. l./50 ml*, concedida em 28 de Dezembro de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3457991, e *Uman-Cig, Pó e Solvente para Solução Injectável 2000 U. l./20 ml*, concedida em 28 de Dezembro de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3457892, e *Uman-Cig, Pó e Solvente para Solução Injectável 1000 U. l./10 ml*, concedida em 28 de Dezembro de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3457793, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 393/2005. — A firma MEDILUSA — Comércio e Indústria de Especialidades Farmacêuticas, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Zinedor, Cápsulas, 50 mg*, concedida em 4 de Dezembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3273091, 3813391 e 3273190, *Zinedor, Supositórios, 100 mg*, concedida em 4 de Dezembro de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3273299, e *Bonocef, Comprimido Revestido, 200 mg*, concedida em 16 de Maio de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4649992, 4650099 e 3185584, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 394/2005. — A empresa Laboratórios Pfizer, L.ª, é titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Betamaze 500 mg, pó para solução injectável*, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2466688, concedida em 31 de Outubro de 1996, e *Betamaze 1000 mg, pó para solução injectável*, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2466787, concedida em 31 de Outubro de 1996.

No âmbito da avaliação do processo de alteração tipo II para actualização do RCM e FI decorrente do procedimento de renovação do medicamento supracitado, o INFARMED notificou o titular no sentido de responder ao pedido de elementos do avaliador médico, não tendo sido obtida resposta por parte do titular de AIM.

Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, foi promovida a audiência prévia e escrita dos interessados, não tendo, nesta fase, sido obtida qualquer resposta por parte do titular de AIM.

Assim, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 11.º, n.º 1, alínea c), e 15.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, e ao abrigo do n.º 1.1 do despacho n.º 20 322/2002 (2.ª série), de 16 de Agosto, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 17 de Setembro de 2002, o conselho de administração do INFARMED delibera indeferir os pedidos de alteração tipo II e revogar as AIM dos medicamentos *Betamaze 500 mg, pó para solução injectável*, e *Betamaze 1000 mg, pó para solução injectável*, e, em consequência, anular os respectivos registos no INFARMED, devendo os serviços competentes actuar em conformidade com a presente deliberação, praticando todos os actos conducentes à sua plena concretização.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 395/2005. — A firma Merck, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Praxilene, Cápsula, 100 mg*, concedida em 28 de Julho de 1978, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9285924 e 9285932, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 396/2005. — Por deliberação de 2 de Fevereiro de 2005 o conselho de administração do INFARMED anulou o registo existente no INFARMED da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Ciflan comprimido revestido*, concedida em 6 de Abril de 1992, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4688198, 4688297 e 2084895 e cujo titular é a Laboratórios Azevedos — Indústria Farmacêutica, S. A.

No entanto, a referida deliberação está errada, uma vez que a firma pretendia retirar apenas uma apresentação e não revogar a AIM.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a deliberação relativa à revogação do medicamento *Ciflan comprimido revestido*, presente na acta n.º 08/CA/2005, de 2 de Fevereiro de 2005.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 397/2005. — A firma Farmoquímica Baldacci, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Cefixima Baldacci, Comprimido Revestido, 200 mg*, concedida em 16 de Maio de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4556494, 4556593 e 3185287, *Nabumar, Comprimido Revestido, 500 mg*, concedida em 3 de Agosto de 1996, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4634093, 2448298 e 2448397, *Loniterol, Cápsula, 50 mg*, concedida em 4 de Dezembro de 2000, con-